

ARTE E MEDICINA COMO INSTRUMENTOS DO PODER: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE UM PAINEL CERÂMICO DE MANUEL LIMA PARA O HOSPITAL DO ULTRAMAR EM LISBOA (1973)

ART AND MEDICINE AS TOOLS OF POWER: CONSIDERATIONS ABOUT A CERAMIC TILE PANEL BY MANUEL LIMA FOR THE HOSPITAL DO ULTRAMAR IN LISBON (1973)

Ana Mehnert Pascoal

ARTIS — Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
anapascoal@campus.ul.pt

RESUMO

Este texto pretende abordar o painel cerâmico realizado por Manuel Lima (1911-1991), em 1973, para decoração do então ampliado Hospital do Ultramar, em Lisboa (actual Hospital Egas Moniz). A análise da composição considera a conjuntura sociopolítica de então, cruzando-a com as opções iconográficas tomadas pelo artista e com a integração no espaço arquitectónico para o qual o painel foi concebido. É objetivo deste artigo contribuir para uma reflexão acerca da apropriação das artes plásticas pelo poder político para veiculação de mensagens ideológicas, concretamente no período do Estado Novo.

PALAVRAS-CHAVE

Painel Cerâmico | Hospital | Poder | Ultramar | Ideologia

ABSTRACT

This text aims to address the ceramic panel created by Manuel Lima (1911-1991) in 1973 to decorate the then expanded *Hospital do Ultramar* (Overseas Hospital; today *Hospital Egas Moniz*), in Lisbon. The analysis of the composition considers the socio-political conjuncture of the time, crossing it with the iconographic options taken by the artist and with the integration in the architectural space for which the panel was designed. The purpose of this article is to contribute to a reflection on the appropriation of visual arts by political power in order to convey ideological messages, specifically during the Estado Novo regime.

KEYWORDS

Ceramic Panel | Hospital | Power | Overseas | Ideology

INTRODUÇÃO

“Todas as artes têm uma influência incalculável em qualquer agregado social humano, como agente sedimentador, que são, de uma cultura que gradualmente, insensivelmente, sem aparente esforço objectivo, cada um e todos vão assimilando.” (Melo, 1942: 18-19)

O presente texto visa analisar um painel cerâmico realizado para o então designado Hospital do Ultramar, em Lisboa (actual Hospital Egas Moniz), assinado pelo pintor Manuel Lima (1911-1991) em 1973, procurando integrar-se no tema da manifestação ideológica do poder político através das artes plásticas. Executado no período final do regime do Estado Novo para decoração de um equipamento hospitalar dedicado à medicina tropical, importa contextualizar o painel cerâmico nesse ambiente. Num primeiro momento do texto, considera-se o edifício para o qual o painel cerâmico foi criado, atentando na evolução deste espaço no domínio das políticas de saúde vigentes e no programa de decoração artística aplicado. Este enquadramento, maioritariamente baseado em fontes documentais inéditas¹, reveste-se de importância acrescida. Por um lado, a bibliografia acerca da construção do complexo hospitalar cinge-se a fontes coevas; por outro, a documentação arquivística que poderia suportar, de forma precisa, as etapas e os intentos da encomenda do painel está ausente. Segue-se uma proposta de leitura da iconografia representada no painel. Atendendo ao diminuto destaque conferido ao pintor Manuel Lima no seio da historiografia artística², apesar da sua recente recordação através de uma exposição³, esta análise integra alguns dados biográficos para entendimento do seu percurso na conjuntura de fomento das artes plásticas pelo Estado Novo.

As ligações entre poder e arte sob o regime do Estado Novo, concretamente no que respeita à apropriação

ideológica das artes plásticas pelo regime, têm sido analisadas por diversos autores (Acciaiuoli, 1991; Ó, 1999; Rosmaninho, 2006). Incluem-se, neste contexto, investigações dedicadas à representação, com recurso a diferentes suportes artísticos integrados na arquitectura, de determinados valores que importavam ao regime exaltar e difundir, tanto através de monografias dedicadas a artistas (Leandro, 1998; Mega, 2012; Santos, 2017), como da análise de casos de estudo, como exposições (Acciaiuoli, 1998; João, 1999; Neto, 2017), encomendas de arte pública (Elias, 2006) ou diferentes tipologias de obras públicas oficiais (Bártolo, 1998; Rosmaninho, 2006; Brites, 2014).

Por sua vez, os estudos dedicados à produção artística como forma de disseminação de valores imperiais ou coloniais pelo Estado Novo revelam-se mais circunscritos. Para além da atenção dada às representações fotográficas e cinematográficas, e à apresentação de nativos do ultramar em ambientes expositivos (Matos, 2012; Vicente, 2014), refiram-se os estudos concernindo o desenvolvimento arquitectónico e urbanístico nas antigas colónias (Fonte 2007; Martí, 2011; Milheiro, 2012a, 2012b; Tostões, 2013), e a salvaguarda patrimonial levada a cabo pelo regime (Mariz, 2016). A questão da implantação e permanência, nos territórios ultramarinos, de monumentos escultóricos homenageando figuras e momentos históricos destacados também foi abordada (Verheij, 2011, 2014). Referencie-se, também, uma investigação referente a Angola (Pereira, 2011), na qual se contextualizam e examinam as relações entre Portugal e África, particularmente através de representações pictóricas (e sua ligação com outras manifestações artísticas), que reflectem tanto a vivência em ambiente colonial como contestações a essa realidade, executadas por artistas portugueses e angolanos quer durante a vigência regime, quer após a independência do país.

1. Alguns dados sobre a investigação concernindo estas instalações hospitalares foram publicados recentemente (Autor *et al.*, 2018).
2. À semelhança de outros artistas seus contemporâneos, Manuel Lima carece de um estudo monográfico contextualizado, sendo apenas pontualmente citado no âmbito de estudos mais generalistas, ou que abordam assuntos como exposições e decoração de obras públicas. José-Augusto França, por exemplo, apenas lhe dedica uma breve citação no contexto da participação na Exposição dos Independentes (França, 1991: 197).
3. CS/GCI — “Exposição Mestre Manuel Lima no arranque das comemorações do 32.º aniversário do IPL”, 2018.04.23. Disponível em: <https://www.ipl.pt/iplisboa/comunicacao/noticias/exposicao-mestre-manuel-lima-no-arranque-das-comemoracoes-do-32o> (2018.09.12); Morais-Alexandre, Paulo — “Exposição Manuel Lima: Cenografia e Desenhos”, 2018.04.05. Disponível em: <https://www.estc.ipl.pt/exposicao-manuel-lima-cenografia-e-desenhos/> (2018.09.12).



Fig. 01. Painel cerâmico de Jorge Barradas, *Paquete Uíge*, c. 1954. Col. Estúdio Mário Novais | FCG-Biblioteca de Arte e Arquivos, cota: CFT003.102372.

No que se refere à fixação da imagem do “outro” como instrumento pedagógico pejado de intenções ideológicas concretas, menciona-se a atenção conferida ao caso do Portugal dos Pequenitos, em particular à secção originalmente designada como “Portugal de Além-Mar” e à sua cenografia expositiva, abrangendo esculturas estereotipadas figurando nativos africanos, pavilhões das diferentes ex-colónias e réplica de padrões, que sublinhavam as narrativas mitificadas acerca das epopeias da expansão marítima difundidas pelo Estado Novo (Matos, 2012: 228-239). A manutenção da estrutura original deste espaço tem sido alvo de alguma reflexão, inclusivamente na obra de artistas contemporâneos⁴.

Mais raros são estudos que consideram a análise de obras de arte figurando representações do quotidiano das populações, da fauna ou da geografia dos territórios ultramarinos⁵ [Fig. 01], realizadas no período do Estado Novo⁶. Este texto pretende contribuir para uma abordagem desta natureza, focada na interpretação das opções iconográficas.

O painel cerâmico de Manuel Lima localiza-se no actual Hospital Egas Moniz, em Lisboa, num edifício que ampliou o então denominado Hospital do Ultramar, através de uma intervenção decorrida entre o final da década de 1960 e inícios da seguinte.

4. Recorde-se a polémica gerada em torno da obra *Parque temático*, de Vasco Araújo, entre 2016 e 2017. Cf. LUSA — “Proibido de filmar no Portugal dos Pequenitos, Vasco Araújo apresenta obra a negro”. *Público*, 2016.05.31. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/05/31/culturaipilon/noticia/proibido-de-filmar-no-portugal-dos-pequenitos-vasco-araujo-apresenta-video-cego-1733603> (2018.09.15); Caetano, Maria João — “Bem-vindos ao Parque Temático de Vasco Araújo, agora sem censura”. *Diário de Notícias*, 2017.03.04. Disponível em: <https://www.dn.pt/artes/interior/bem-vindos-ao-parque-tematico-de-vasco-araujo-agora-sem-censura-5703285.html> (2018.09.15).
5. Poucos terão sido os artistas que assumiram a missão de fixar o ambiente natural e humano nas denominadas províncias ultramarinas. Neste domínio, tem sido sobretudo destacada a produção plástica na linha do discurso oficial por parte de Jorge Barradas, Fausto Sampaio, Eduardo Malta e Albano Neves de Sousa (Castro, 2007; Pereira, 2011).

AS INSTALAÇÕES DO HOSPITAL DO ULTRAMAR: BREVE ENQUADRAMENTO

A origem do Hospital do Ultramar remonta a 1902, aquando da criação do Hospital Colonial. Instalado no edifício da antiga Cordoaria Nacional, na Junqueira, tinha por missão o tratamento de “doentes militares, civis e eclesiásticos dependentes da Direcção Geral do Ultramar”⁷. O ensino da medicina tropical foi criado em anexo ao hospital, com incorporação da escola⁸ no mesmo edifício em 1904. As instituições partilharam instalações durante alguns anos, e os seus percursos mantiveram-se relacionados. A partir de 1919, o hospital foi transferido para edifícios localizados em terrenos contíguos.

No contexto da reorganização dos serviços de saúde do Império Colonial Português⁹, em 1945, o hospital foi reformulado¹⁰. Refira-se que nesta altura foi estipulada a organização hospitalar do país¹¹, procurando colmatar lacunas significativas na prestação de cuidados de saúde à população. No ambiente que se seguiu à II Guerra Mundial, e perante a pressão internacional acompanhada da emergência de movimentos de libertação das colónias, o hospital, na senda da revisão constitucional e da alteração de nomenclatura do Ministério que integrava¹², recebeu a designação de Hospital do Ultramar. O regime procurava reforçar uma imagem de unidade entre a metrópole e as províncias ultramarinas, legitimando a sua presença nesses territórios.

Necessidades de modernização das estruturas e dos serviços, adaptando-se ao aumento do internamento

hospitalar, levaram à construção de novas instalações para o hospital. A empreitada foi acometida à recentemente criada Comissão de Construções Hospitalares¹³, cujo arquitecto Artur Evaristo Bentes (1921-?) desenhou um conjunto de edifícios, em estreita colaboração com a direcção do hospital. Entre 1953 e 1957, foram sucessivamente inaugurados o Pavilhão para Infecto-contagiosos, o central Pavilhão de Medicina e Cirurgia, o Pavilhão de Física Médica e Isótopos Radioactivos, a capela, e o Prossectorado de Anatomia Patológica.

Apesar destas ampliações, as cerca de 120 camas do pavilhão central não seriam suficientes para responder à crescente afluência verificada no dealbar da década de 1960¹⁴. O acréscimo era particularmente evidente nas consultas externas, visto que o hospital recebia tanto indigentes como funcionários das províncias ultramarinas e suas famílias, incluindo os sediados na metrópole. Acorriam também nativos africanos, o que no entendimento do Director do hospital lhes provia os mais modernos meios de acção terapêutica e tratamento, e constituía uma mais-valia para o ensino e a investigação no campo da nosologia tropical (Faria, 1966). O incremento da procura do hospital neste período poderá estar relacionado com o fomento do povoamento branco das províncias africanas¹⁵, particularmente notório após o eclodir das guerras em 1961 (Castelo, 2014). Embora uma das incumbências do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), criado em 1944¹⁶, consistisse em supervisionar os planos das

6. Na realidade, exceptuando casos como a decoração artística de pavilhões expositivos e a ilustração de publicações periódicas como *O Mundo Português* e de livros (Carvalho, 2005), o impulso do regime à criação artística subordinada a tais assuntos terá sido diminuto (Castro, 2007: 246, 255), pese embora a exaltação coeva da necessidade de incentivar os artistas a viajar para as colónias por forma a colocar as artes ao serviço do Império (Jorge, 1939: 361; Melo, 1942; Pereira, 2011: 194-195). Não obstante, o Secretariado Nacional de Propaganda e a Agência Geral das Colónias promoveram algumas exposições com temática ultramarina (Pereira, 2011: 54, 201).

7. Decreto de 28 de Fevereiro de 1903. Diário do Governo, n.º 85, 1903.04.20, pp. 100-120.

8. A Escola de Medicina Tropical autonomizou-se em 1920 (Decreto n.º 7096, 1920.11.06), sendo reformulada como Instituto de Medicina Tropical em 1935 (Lei n.º 1920, 1935.05.29).

9. Decreto n.º 34417. Diário do Governo, n.º 38, série I, 1945.02.21, pp. 95-111.

10. Decreto n.º 35913. Diário do Governo, n.º 241, série I, 1946.10.23, pp. 981-983.

11. Lei n.º 2011. Diário do Governo, n.º 70, série I, 1946.04.02, pp. 201-204.

12. Decreto-Lei n.º 38300. Diário do Governo, n.º 121, série I, 1956.06.15, p. 422.

13. Criada no seio do Ministério das Obras Públicas e Comunicações pela Lei n.º 2011, 1946.04.02 (base XXI).

14. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), MU/DGSA/RSH14, Cx.15, PC.14/21. Lucínio Cruz, António Pinto Coelho, *Projecto de Ampliação e Remodelação do Hospital do Ultramar*, Lisboa: *Memória Descritiva e Justificativa*, 1967.07.18, p. 1.

15. Entre 1940 e 1960, a presença europeia em Angola e Moçambique terá quadruplicado (Jerónimo, 2018).

16. Decreto n.º 34173, Diário do Governo, n.º 269, série I, 1944.12.06, pp. 1167-1168.



Fig. 02. Hospital do Ultramar: ampliação, arq. Lucínio Cruz. Fotografia de autor desconhecido, s.d. Arquivo Municipal de Lisboa — Fotográfico, cód. ref.º PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PEL/009/000025.

construções hospitalares nas colónias, o investimento na área da saúde nestes territórios não foi considerado prioritário (Pereira, 2012). O desenvolvimento, através da edificação de hospitais e acesso a cuidados médicos, circunscrevia-se sobretudo aos núcleos urbanos e beneficiaria primeiramente os europeus, apesar das aparentes intenções de promover a igualdade entre todos os habitantes das províncias ultramarinas. Outro factor terá sido o regresso de contingentes militares feridos ou acossados por doença, sem tratamento possível nos territórios ultramarinos (Barrocas, 2016: 89).

As dificuldades de funcionamento do Hospital do Ultramar resultavam da falta de espaço, num momento em que as suas funções haviam sido alargadas, integrando outras especialidades que extravasaram as patologias tropicais. Ademais, partilhava funções de preparação de pessoal

médico e auxiliar com o Instituto de Medicina Tropical¹⁷.

O arquitecto Lucínio Guia da Cruz (1914-1999) foi incumbido dos estudos de ampliação do hospital em 1964¹⁸. O arquitecto, autor do edifício do Instituto de Medicina Tropical, inaugurado em 1958 e localizado nas imediações, laborara no GUC, tendo sido responsável por um conjunto de unidades hospitalares no continente africano. A solução viável para o hospital lisboeta consistiu na extensão em altura do pavilhão central, calculando-se uma capacidade total de 284 camas e a distribuição eficiente pelos diversos pisos¹⁹. As obras tiveram início em 1968 [Fig. 02]. O hospital apenas iniciaria o seu funcionamento pleno nas novas instalações em 1975. Entretanto, fora renomeado como Hospital Egas Moniz²⁰, integrando o Ministério dos Assuntos Sociais²¹.

17. Decreto-Lei n.º 43353, art.º 19.º Diário do Governo, n.º 273, série I, 1960.11.24, pp. 2584-2588.

18. AHU, MU/DGSA/RSH14, Cx.15, PC.14/21. Lucínio Cruz, António Pinto Coelho, *Projecto de Ampliação e Remodelação do Hospital do Ultramar, Lisboa: Memória Descritiva e Justificativa*, 1967.07.18, p. 1.

19. AHU, IPAD, MU/DGOPC/DSUH, 9273. Lucínio Cruz, *Projecto de remodelação e ampliação do Hospital do Ultramar, Arquitectura (vol.1)*, 1967.

20. Portaria n.º 623/74. Diário do Governo, n.º 277, série I, 1974.09.28, p. 1156.

21. Decreto n.º 506-B/75. Diário do Governo, n.º 216, série I, 1975.09.18, p. 1426(2).

A DECORAÇÃO ARTÍSTICA COMO REFORÇO DA MISSÃO HOSPITALAR

Nos edifícios projectados por Artur Bentes já haviam sido integradas algumas obras de arte. Os pavilhões de Infecto-contagiosos e de Física Médica receberam, respectivamente, baixos-relevos dos escultores Leopoldo de Almeida (1898-1975) e Joaquim Correia (1920-2013), que apresentaram propostas por intermédio do arquitecto²². O primeiro materializou uma alegoria à maternidade, através de uma figura feminina que acolhe crianças desnudas de diferentes etnias sob o seu manto de caridade; o outro incorporou a figura de uma doente reclinada, observada por um médico. A iconografia seleccionada remete para uma imagética de apologia à “missão civilizadora” que o regime entendia como seu dever para com os nativos das províncias ultramarinas, concretamente no desenvolvimento da assistência materno-infantil. O relevo de Joaquim Correia espelha, por seu turno, a valorização do avanço científico e tecnológico da medicina, colocado num edifício dedicado a novos meios de tratamento e à investigação então em progresso no campo dos radioisótopos. A capela, pela sua natureza de culto, recebeu cuidada decoração, destacando-se o vitral concebido por Euclides Vaz (1916-1991), dedicado a São João de Brito, patrono do espaço, cujos milagres se relacionam com a cura de doenças.

Na memória descritiva relativa ao projecto de ampliação do hospital, Lucínio Cruz demonstra a intenção de decorar o “austero” edifício, que necessitaria de “uma nota de arte que se pode traduzir por um baixo relevo situado à direita da entrada principal dos serviços administrativos (...) e ainda no ‘hall’ de entrada em painel cerâmico ou em azulejo policromado”²³. Da documentação consultada relativa ao processo de

construção²⁴, ao contrário das peças realizadas para os edifícios projectados por Artur Bentes, não foram identificadas propostas ou notas de encomenda para as obras de arte mencionadas por Lucínio Cruz²⁵. Não se encontrou vestígios, no hospital, da existência do citado baixo-relevo. No átrio de entrada, preservava-se o painel cerâmico realizado por Manuel Lima para o local, datado de 1973.

A composição representada no painel cerâmico [Fig. 03], enquadrada por vegetação densa, integra uma figura feminina ao centro, rodeada por um antílope e por várias figuras de origem africana. Duas mulheres estão colocadas do lado esquerdo da composição, como que aguardando, e do lado oposto encontram-se um homem e uma criança, em tronco nu e acompanhados, respectivamente, por um médico e por uma enfermeira. O médico ausculta o adulto — tendo sido omitido, na passagem à peça definitiva, o estetoscópio que constava do estudo²⁶ –, e a enfermeira tem as mãos ocultadas pelo rapaz. Junto à enfermeira, encontra-se um balde. A figura feminina central constitui uma alegoria à medicina, ostentando atributos comuns: a serpente enrolada no caduceu, e um pergamino que pende de um dos braços.

O facto de Manuel Lima demonstrar colaboração de longa data em obras patrocinadas pelo regime, encontrando-se num momento em que realizou trabalho para edifícios públicos e possivelmente ter ligação a algum dos intervenientes, poderá concorrer para explicar a sua presença neste hospital. Formado em Pintura pela Escola de Belas-Artes de Lisboa²⁷, Manuel Simões Freire de Figueiredo Lima participou nas Missões Estéticas de Férias (Costa, 2016), integrou o

22. AHU, MU/DGOPC/SC, A1/Cx.100, OP11960. Leopoldo Neves de Almeida, Proposta, 1952.03.07; Proposta de Joaquim Correia constante de ofício de João Pedro Faria para Director Geral do Fomento do Ministério do Ultramar, 1955.11.29.

23. AHU, MU/DGSA/RSH14, Cx.15, PC.14/21. Lucínio Cruz, António Pinto Coelho, *Projecto de Ampliação e Remodelação do Hospital do Ultramar, Lisboa: Memória Descritiva e Justificativa*, 1967.07.18, p. 41.

24. Identificada no Arquivo Histórico Ultramarino e no Sistema de Inventário do Património Arquitectónico — Direcção Geral do Património Cultural.

25. A existência de documentação de suporte à peça poderia elucidar os intentos da sua execução, e eventuais orientações fornecidas ao artista durante o processo de encomenda.

26. Este estudo pintado foi identificado num leilão on-line. BestNet Leilões — “Lote Manuel Lima” (Leilão 1780, lote 45284). Disponível em: <https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/arte-contemporanea-390/manuel-lima-10> (2018.08.13).

27. Agradeço à Dra. Maria Conceição Vieira, da Divisão de Biblioteca e Arquivo da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, a disponibilização de informação sobre o percurso académico de Manuel Lima na Escola de Belas-Artes de Lisboa (anos 1930-1938).



Fig. 03. Painel cerâmico de Manuel Lima, 1973, Hospital Egas Moniz. Fotografia de Ana Mehnert Pascoal, 2018.

Grupo de Artistas Portugueses²⁸ e participou em múltiplas exposições colectivas, obtendo diversos prémios. Dedicou-se, desde a década de 1930, à pintura cenográfica para teatro e realizou cartazes para cinema (Trancoso, 2018: 53). Nesse período colaborou, também, na decoração mural de salas da Exposição Histórica da Ocupação²⁹ (1937), e de pavilhões da Exposição do Mundo Português³⁰ (1940) [Figs. 04, 05]. Com particular incidência a partir dos anos 60, Manuel Lima explorou técnicas de decoração mural, designadamente tapeçaria, pintura e cerâmica

(Pamplona, 1988: 207), acompanhando o impulso dado à construção de determinados equipamentos públicos, como tribunais e hospitais³¹.

À semelhança de diversos artistas com quem terá convivido, Manuel Lima desenvolveu grande parte da sua carreira sob vigência do Estado Novo. A ausência de um mercado de arte privado estruturado, capaz de dar resposta à produção artística, implicou que os artistas se integrassem no sistema de exposições e prémios implementado por acção do SPN/SNI, se

28. O Grupo de Artistas Portugueses foi fundado em 1945, no âmbito da Sociedade Nacional de Belas-Artes, com o objectivo de “contribuir [...] para a elevação do seu nível de cultura artística. Todos os artistas, assumindo a responsabilidade das obras enviadas, ali podem expor, sem distinção de ideais ou de escolas, desde o momento que se mantenha o equilíbrio necessário que deve presidir a toda a obra de arte [...]” (Sociedade Nacional de Belas Artes, 1945, s/paginação).
29. Manuel Lima pintou uma tábua cronológica dos feitos levados a cabo a nível da instrução, e concebeu, em colaboração com João Augusto Silva, um painel mural para a Sala da Marinharia, cuja composição integrava um conjunto de navegadores em torno do Infante D. Henrique (Agência Geral das Colónias, 1937).
30. Na Exposição do Mundo Português, Manuel Lima integrou o grupo de artistas que laboraram no conjunto dos Pavilhões da Fundação, da Formação e Conquista, e da Independência. Adicionalmente, foi autor, com Joaquim Rebocho, da composição dedicada à viagem de Fernão de Magalhães pintada na sala sobre a exploração marítima do Pavilhão dos Descobrimentos (Castro, 1940: 93), de “elegantes trechos de pintura mural” (Pamplona, 1940: 171) na Sala do Oriente localizada no Pavilhão da Colonização (Castro, 1940: 109), bem como do painel que celebra a Oceânia, pintado na sala que lhe é dedicada no Pavilhão dos Portugueses no Mundo.



Fig. 04. Pintura mural de Manuel Lima e Joaquim Rebocho, Pavilhão dos Descobrimentos, Exposição do Mundo Português, 1940. Col. Estúdio Mário Novais | FCG-Biblioteca de Arte e Arquivos, cota: CFT003.201740.



Fig. 05. Pintura mural de Manuel Lima, Sala da Oceânia, Pavilhão dos Portugueses no Mundo, Exposição do Mundo Português, 1940. Col. Estúdio Mário Novais | FCG-Biblioteca de Arte e Arquivos, cota: CFT003.202011.

dedicassem à ilustração de publicações ou de cartazes, e buscassem trabalho junto do Estado. As encomendas oficiais constituíam uma parte significativa do rendimento, e muitos artistas dependiam de mecanismos informais, nomeadamente o conhecimento

e amizade com agentes oficiais, arquitectos ou ministros. O eventual limite à criatividade, dada a generalizada orientação, não só temática, das obras encomendadas, foi uma das consequências desta conjuntura³².

UMA PROPOSTA DE LEITURA DO PAINEL

“(…) a fixação do *outro* numa imagem, fotografia ou grelha pode não nos dizer tanto sobre quem está aí representado, mas sim sobre quem está a dirigir a representação.” (Matos, 2012: 82).

Aquando da concretização do painel cerâmico, em 1973, o Estado Novo encontrava-se no seu momento final. Desde 1968, a orientação do país fora assumida por Marcelo Caetano. As guerras no continente africano vinham esgotando os recursos nacionais e a população. Importava ao regime manter a sua aura de civilizador capaz e soberano, apto a comandar a evolução e a contribuir para a salvaguarda das populações sob

seu domínio. A representação artística constituía um meio privilegiado para cimentação destas ideias, conforme já em décadas anteriores se verificara através dos actos propagandísticos e de reforço da imagem de Portugal enquanto potência colonial, particularmente plasmados na imprensa, e em cartazes e colecções de postais³³, associados às diversas exposições, no país e no estrangeiro, que integraram a temática colonial (e.g. Matos, 2012: 153-156, 162-247). Como foi referido, Manuel Lima estava familiarizado, desde a década de 1930, com esta ideologia, através da decoração pictórica em exposições.

31. Refiram-se, a título de exemplo, a pintura mural intitulada *A Justiça divina sobrepondo-se à Justiça do Homem* (1967) realizada para o Palácio de Justiça de Almada (Nunes, 2003: 282, 408), e os cartões para tapeçarias murais executadas na Manufatura de Tapeçarias de Portalegre, destinadas ao Palácio da Justiça de Alcácer do Sal (Nunes, 2003: 299, 407), e ao Hospital Distrital de Portalegre, ambas datadas de 1975. Agradeço à Doutora Rosário Salema de Carvalho a partilha de informação sobre a tapeçaria do hospital portalegrense.

32. Sobre este assunto, veja-se, por exemplo: Nunes, 2003: 232-258; Santos, 2006: 85-108; Autor, 2012: 144-153.

33. Refira-se, como exemplo, o conjunto de postais desenhados por Eduardo Malta, que circularam tanto por ocasião da Exposição Colonial do Porto (1934), como da Exposição Histórica da Ocupação (1937).

Procurar-se-á, de seguida, clarificar como a iconografia seleccionada para o painel do Hospital do Ultramar encerra um intento de fixação e comprovação da acção civilizadora perpetuada na fase derradeira do Estado Novo nas suas províncias ultramarinas africanas, transmitindo uma imagem do regime como motor do desenvolvimento das populações locais através da prestação de cuidados de saúde.

A medicina — e, mais concretamente, a figura do médico — foi oficialmente encarada como um dos pilares da colonização. Esta concepção reflectiu-se, por exemplo, no *Monumento ao Esforço Colonizador Português*, executado para a Exposição Colonial no Porto (1934), no qual uma das seis figuras estilizadas colocadas na base representa o médico, identificável pelo caduceu de Asclépio. No painel de Manuel Lima, o médico e a enfermeira surgem como personagens humanas, reais, envergando batas brancas, como mensageiros que difundem questões de higiene e de saúde em prol das populações.

Não deixa de ser notório que, tratando-se de um painel destinado a decorar um hospital localizado na “capital do Império”, se tenha representado a prestação de assistência médica a nativos africanos no que se entendia ser o seu ambiente natural, e não em meio hospitalar. Apesar da distinção evidente entre os estádios evolutivos das figuras, através da roupa ou do tronco desnudado, dos adereços como o pote de água sobre a cabeça de uma das figuras, e do ambiente de selva como que intocado (embora o seu aspecto pareça idealizado, sem referentes concretos), parece haver, simultaneamente, uma tentativa de demonstrar o carácter benigno da colonização portuguesa, que se deslocaria ao encontro das populações, respeitando a fauna e a flora. A musculatura acentuada na figura masculina poderá, se assumíssemos uma análise mais conjectural, evidenciar a valorização do trabalho braçal e a necessidade de manutenção da saúde dos nativos. Não se olvide que o regime os considerava essenciais enquanto “trabalhadores nas fazendas ou ao serviço do Estado — construindo pontes, estradas e hospitais no mundo ultramarino.” (Matos, 2012: 243).

Foi anteriormente referido que, mesmo desde a década de 50 e a par da promulgação de planos de fomento ultramarino, o investimento na saúde e na escolaridade não foi prioritário, e que a construção de equipamentos hospitalares se centrava sobretudo nas zonas urbanizadas. Embora o regime propalasse

a noção de *welfare colonialism*, isto é, de integração e assimilação das populações nativas, provindo-lhes bem-estar e desenvolvimento social de forma igualitária, esta ideia não se efectivou, mantendo-se uma administração diferenciadora e de atitude paternalista (Castelo, 2014; Jerónimo, Pinto, 2015). A agenda era clara: a promoção da saúde interessava como o forma de controlo da mão-de-obra, evitando a propagação de doenças, ou seja, constituía um mecanismo capaz de prover segurança e manter o *status quo*.

Importa compreender que, ao contrário do que sucedeu em companhias privadas como a Diamang, que organizou os seus serviços de forma autónoma (Varanda, 2007), a implementação da assistência médica oficial aos nativos em ambiente rural revelou-se complicada. A dificuldade de penetração e acesso aos meios rurais, a falta de financiamento, equipamento e pessoal qualificado, e o choque a nível cultural, patente na necessidade de convencer os habitantes — com concepções distintas de doença e crenças particulares, privilegiando curandeiros — a adoptar os preceitos da medicina ocidental, definiram o modelo a seguir (Havik, 2013; 2017). Intentou-se a difusão de brigadas itinerantes para rastreios e prestação de serviços de assistência, a par de campanhas de erradicação de doenças endémicas, como as dedicadas à doença do sono, à malária e ao combate à lepra, almejando-se a educação sanitária das populações, e ensaiou-se a construção de enfermarias influenciadas na habitação dos nativos, embora com materiais perenes e baseadas em noções de higiene coevas (Bastos, 2014).

Atentando na legislação acerca dos serviços de saúde ultramarinos produzida na década de 1960, denota-se a tónica na defesa da saúde pública e na profilaxia, bem como na orgânica da rede sanitária, cuja base seriam os hospitais, delegacias e centros de saúde de cariz rural. Desejava-se, também, incrementar a formação do pessoal médico e auxiliar e as suas condições de trabalho, e assistiu-se à criação de cursos universitários médico-cirúrgicos em Angola e Moçambique.

A mensagem patente no painel cerâmico de Lisboa é relevante no contexto em que foi produzido. O ambiente hostil das guerras em África, obrigando a uma cooperação entre os serviços de saúde e as administrações locais, sublinhou a necessidade de equipas médicas móveis que pudessem assistir as populações mais remotas (Havik, 2017: 49). Os relatos e os

registos fotográficos de médicos que então trabalharam em África, em estreito contacto com as populações locais através de visitas periódicas, contribuem para uma melhor compreensão desta realidade³⁴ (Pinto, 1963; Mendes, 2012; Mota, 2013; Ribeiro, 2017). O empenho destes médicos na propagação de uma medicina social foi decisivo para a promoção da saúde entre as populações, muitas vezes dispersas e com dificuldade de acesso aos hospitais³⁵.

Manuel Lima contribuiu para transmitir uma imagem próxima do que então se passava quanto à assistência médica às populações nativas, mesmo que os intentos ideológicos por detrás da representação não fossem despidiendos³⁶. Neste período, a defesa da saúde e o valor da medicina já se difundira, ultrapassando-se as noções de assistência caritativa, predominantemente prestada por membros religiosos em missões. O auxílio deixara de ser exclusivo das enfermeiras sob auspício da caridade cristã, conforme fora promovido no painel pintado por Ricardo Bensaúde (1894-1974) para a Sala da Fé da Exposição Histórica da Ocupação³⁷.

Por outro lado, a forma como o pintor representou os nativos confere-lhes um carácter humano, aproximando-os das pessoas que viriam a observar o painel no átrio do hospital. Recorde-se a vasta e diversificada afluência a este equipamento nos anos 70, cuja suposta capacidade de convívio está patente no tom laudatório de um artigo de um periódico oficial: “Vimos gente de todo o

Ultramar. E se alguém não acredita na nossa multirraciedade e, de modo particular, na não discriminação racial, que vá ver como se dão bem todos, brancos, pretos, pardos, amarelos, naquele Hospital que recebe todos, filhos iguais da mesma Pátria, apenas que nasceram em locais distantes.” (Reis, 1970: 24). No painel de Manuel Lima afastamo-nos do estilo, porventura mais idílico, assumido por Jorge Barradas (1894-1971) e Lino António (1898-1974) no final da década de 1950 na decoração do edifício do Instituto de Medicina Tropical, localizado nas imediações do hospital. A representação do “outro”, nesses casos, parece identificada com uma certa noção de exotismo, mas sem perder de vista os valores que importavam ao encomendador. Barradas concebeu um tríptico em cerâmica, cujas cenas remetem para os ambientes de selva, doméstico/familiar e de subsistência, através do trabalho de recolha madeiras exóticas e no estaleiro naval³⁸. A composição cerâmica assinada por Lino António, que se estende nas paredes da sala originalmente concebida como restaurante do Instituto³⁹, incorpora elementos soltos de fauna e flora, pontuada por ilustrações da vida quotidiana dos nativos, parecendo ressaltar o seu primitivismo através das tarefas e das vestes.

O tom ideológico transparece no painel cerâmico de Manuel Lima através da inclusão da figura alegórica representando a Medicina, como que aludindo à capacidade salvífica da medicina providenciada pelo Estado português, pela da sua capacidade de encontro e de inclusão das populações locais no grande Império que constituía Portugal.

34. Sobre este assunto, veja-se o roteiro da exposição *O Médico em África*, realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 2017 (Amaral, s.d.).

35. Refira-se também a intervenção de instituições privadas na assistência médica, por exemplo patente na criação do Serviço Médico Aéreo em Moçambique, com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian. Veja-se a reportagem da RTP de 1974, disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/servico-aereo-medico-em-mocambique/> (2018.09.12).

36. Apesar da indicação de que o artista terá trabalhado durante alguns anos no Brasil, na década de 1950, não foi possível confirmar se terá efetuado alguma viagem ao continente africano.

37. Fotografia disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/36851293132/in/album-72157606577280953/> (2018.09.12).

38. Fotografia disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/28739731610> (2018.09.12).

39. Fotografia disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/29025221315> (2018.09.12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação do painel cerâmico concebido por Manuel Lima para o então Hospital do Ultramar levantou um conjunto de questões, cuja conjuntura sociopolítica da sua realização ajuda a compreender e clarificar. O apoio em estudos científicos nos domínios da história da ciência e da antropologia, por exemplo, permitiu elucidar a iconografia representada, colmatando lacunas provocadas pela ausência de documentação específica sobre a encomenda do painel.

A investigação realizada possibilitou o reconhecimento de um pintor com actividade considerável no domínio das artes plásticas fomentadas pelo Estado Novo, embora pouco considerado pela historiografia. Importa, perspectivando pesquisas futuras, desenvolver um estudo aprofundado em torno de Manuel Lima e da sua produção artística, identificando de forma sistemática a sua presença em edifícios públicos e em colecções museológicas⁴⁰. Na realidade, é fundamental promover o mapeamento dos vários artistas que colaboraram na decoração de equipamentos

patrocinados oficialmente, incluindo nesta pesquisa arquivos institucionais e espólios na posse de familiares. Um estudo desta natureza poderá esclarecer diversos assuntos respeitantes às ligações entre arte e poder durante a vigência do regime estadonovista. Uma outra linha de investigação em aberto, relacionada com a produção artística nas antigas colónias, decorre dos estudos anteriormente citados acerca do fomento construtivo nesses territórios, e refere-se à integração de artes plásticas sobretudo nos equipamentos públicos.

Acresce, paralelamente, o desafio da salvaguarda desta tipologia de obra artística em espaços de densa circulação diária e cuja função hospitalar se mantém, conjugada com a sua divulgação e contextualização para o público que com ela se depara⁴¹. O conhecimento, aliado à sua identificação em plataformas existentes e a estratégias de valorização ensaiadas em outros equipamentos⁴², poderão contribuir para resgatar a memória deste património integrado.

40. Está documentada a aquisição de uma pintura da autoria de Manuel Lima pelo Museu Nacional de Arte Contemporânea em 1937 (Perez, 2012: 68, 82). Trata-se do retrato de sua irmã, datado desse ano, e existente nas colecções do Museu (Inv. 864). Agradeço ao Dr. António Chaparreiro, da Biblioteca/Centro de Documentação do Museu Nacional de Arte Contemporânea-Museu do Chiado, a partilha desta informação.

41. De notar que este painel é referenciado na página da Secretaria Geral do Ministério da Saúde como exemplo de tesouro do património artístico da região de Lisboa e Vale do Tejo. Disponível em: <http://www.sg.min-saude.pt/sg/conteudos/galeria/galeria+lv.htm> (2018.08.10).

42. Como sucede no adjacente Instituto de Higiene e Medicina Tropical, para o qual foram desenvolvidos alguns estudos, originando brochuras, visitas guiadas e disponibilização de informação on-line. Ressalve-se, porém, que esta instituição possui um pólo museológico com competências específicas, uma realidade que porventura o Museu da Saúde poderá suprir para o caso do património artístico integrado em contexto hospitalar.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração do Dr. António Chaparreiro (Biblioteca/Centro de Documentação, Museu Nacional de Arte Contemporânea — Museu do Chiado), da Dra. Maria da Conceição Vieira (Divisão de Biblioteca e Arquivo, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa), e da Doutora Rosário Salema de Carvalho (Az — Rede de Investigação em Azulejo, ARTIS — Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Agradecemos a autorização para utilização de fotografias do Arquivo Municipal de Lisboa — Fotográfico e da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

Este artigo resulta de investigação desenvolvida no âmbito do projeto *CuCa_Re: Curar e Cuidar_Reabilitar* (FCT-PTDC/ATP-AQI/2577/2014).

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Fundos: Direção Geral de Saúde e Assistência / Repartição de Saúde e Higiene (MU/DGSA/RSH14, Cx.15, PC.14/21); Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações (MU/DGOPC/SC, A1/Cx.100, OP11960); Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento / Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicações (IPAD, MU/DGOPC/DSUH, 9273).

ACCIAIUOLI, Margarida — *Exposições do Estado Novo. 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

_____ — *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime, e as Artes. Restauração e Celebração*. Lisboa: Universidade NOVA de Lisboa, 1991. 2 vols. (Dissertação de Doutoramento).

AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS — *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*. Vol. 1. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1937.

AMARAL, Isabel (coord.) — *O Médico em África. A outra face da medicina portuguesa no século XX. Roteiro da exposição*, s.d. Disponível em: https://omedicoemafrika.files.wordpress.com/2017/11/roteiro_exposiccca7acc83o_mecc81dico_em_acc81frica3.pdf (2018.09.10).

BARROCAS, Rita Alpiarça — *Contributo para o estudo da organização médica nos territórios de Angola, Guiné e Moçambique (1961-1974)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2016. (Dissertação de Mestrado).

BÁRTOLO, Carlos — *Desenho de Equipamento no Estado Novo: as Estações de Correios do Plano Geral de Edificações*. Porto: Universidade do Porto, 1998. 2. Vols. (Dissertação de Mestrado).

BASTOS, Cristiana — “«No género de construções cafreais»: o hospital-palhota como projecto colonial”. *Etnográfica*, 18: 1 (2014), 185-208.

Brites, Joana — *O Capital da Arquitectura. Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos*. Lisboa: Prosafeita, 2014.

CARVALHO, Liliana Dias — “Paisagens sem rosto. Para o estudo da primeira edição ilustrada de *A Selva*”. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 21 (2005), 177-182.

CASTELO, Cláudia — “«Novos Brasis» em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio”. *Varia Historia*, 30: 53 (2014), 507-532.

CASTRO, Augusto de — *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1940.

CASTRO, Maria João — *A viagem e a arte em Portugal no Estado Novo: as visitas presidenciais às ex-colónias*. Lisboa: Universidade NOVA de Lisboa, 2007. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Diogo — *Missões Estéticas de Férias. Estética, Academia e Política numa iniciativa de formação artística do Estado Novo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2016. (Dissertação de Mestrado).

ELIAS, Helena — *Arte Pública e Instituições do Estado Novo. Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de Encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006. (Tese de Doutoramento).

- FARIA, João Pedro — “O Hospital do Ultramar na Assistência, Cultura e Saúde Pública”. Sep. *Boletim Clínico e Estatístico do Hospital do Ultramar*, II s., a. XIX, 17 (1966), 29-40.
- FONTE, Maria Manuela — *Urbanismo e Arquitectura em Angola — de Norton de Matos à Revolução*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2007. (Dissertação de Doutoramento).
- FRANÇA, José-Augusto — *A Arte em Portugal no século XX*. 3.ª ed. Lisboa: Bertrand Editora, 1991.
- HAVIK, Philip J. — “From Hospitals to Villages: Population Health, Medical Services and Disease Control in Former Portuguese Africa”. *Portuguese Studies Review*, 25: 1 (2017), 17-56.
- _____ — “Reconsidering Indigenous Health, Medical Services and Colonial Rule in Portuguese West Africa”. CEAUP, IICT (coord.) — *O colonialismo português — novos rumos da historiografia dos PALOP*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2013, pp. 233-265.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira — “Portuguese Colonialism in Africa”. *Oxford Research Encyclopedia of African History*, 2018. Disponível em: <http://africanhistory.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190277734.001.0001/acrefore-9780190277734-e-183?rskey=B6sd7U&result=1> (2018.08.17).
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira, PINTO, António Costa — “A Modernizing Empire? Politics, Culture, and Economy in Portuguese Late Colonialism”. JERÓNIMO, Miguel Bandeira, PINTO, António Costa (eds.), *The Ends of European Colonial Empires. Cases and Comparisons*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2015, pp. 51-80.
- JOÃO, Maria Isabel — *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999. (Dissertação de Doutoramento).
- JORGE, Pelayo — “Necessidade de criação de uma arte moderna imperial”. *O Mundo Português*, 6: 69 (1939), pp. 201-209.
- LEANDRO, Sandra (coord.) — *Lino António. 1898-1974*. Leiria: Câmara Municipal, 1998.
- MARTÍ, Paz Nuñez (coord.) — *La Modernidad Ignorada. Arquitectura Moderna de Luanda*. Alcalá de Henares: Fundación General de la Universidad de Alcalá, 2011.
- MATOS, Patrícia Ferraz — *As Côres do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*. 2.ª ed. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- MARIZ, Vera — *A “Memória do Império” ou o “Império da Memória”: A salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2016. (Dissertação de Doutoramento).
- MEGA, Rita — *Vida e Obra do Escultor Leopoldo de Almeida (1898-1975)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. 2 vols. (Dissertação de Doutoramento).
- MELO, Lopo Vaz de Sampaio e — “A Arte ao Serviço do Império”. Agência Geral das Colónias (ed.) — *Fausto Sampaio, Pintor do Ultramar Português*. Lisboa: Ateliers Gráficos Bertrand, 1942, pp. 17-38.
- MENDES, José Azevedo — *O sítio onde se está. Fotografias médicas nas sanzalas da Gabela (1963)*. Coimbra: Tenacitas, 2012.
- MILHEIRO, Ana Vaz — *Nos Trópicos sem Le Corbusier. Arquitectura luso-africana no Estado Novo*. Lisboa: Relógio d'Água, 2012.
- _____ — “O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português”. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4: 2 (2012), 215-232.
- MOTA, H. Carmona da — *Cartas de um médico na guerra de Angola. 1962-64*. s.n.: Escrytos | Ed. Autor, 2013. [eBook]
- NETO, Teresa — *Arquiteturas Expositivas e Identidade Nacional. Pavilhões de Portugal em Exposições Internacionais 1915-1970*. Lisboa: Caleidoscópio, 2017.
- NUNES, António Manuel — *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo: Templos da Justiça e Arte Judiciária*. Coimbra: Minerva, 2003.
- Ó, Jorge Ramos do — *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política de Espírito”, 1933-1949: Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Estampa, 1999.
- PAMPLONA, Fernando de — *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*. vol. III, 2.ª ed. Lisboa: Livraria Civilização, 1988.
- _____ — “Uma obra de arte. A Exposição do Mundo Português”. *Ocidente. Revista Portuguesa Mensal*, vol. IX, 31 (1940), 164-180.
- PASCOAL, Ana Mehnert — *A Cidade do Saber. O património artístico integrado nos edifícios de Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa (1934-1961)*. Lisboa: Universidade de Lisboa/tinta-da-china, 2012.
- PASCOAL, Ana Mehnert, NETO, Maria João, SOARES, Clara Moura — “Arquitetura e Medicina Tropical: o polo da Junqueira - ecos de um património artístico integrado”. SOARES, Clara Moura, MARIZ, Vera (ed.) — *Dinâmicas do Património Artístico. Circulação, Transformações e Diálogos*. Lisboa: ARTIS - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018, pp. 233-241. Disponível em: <http://artispress.letras.ulisboa.pt/index.php/artispress/catalog/view/4/2/8-1> (2018.12.22)
- PEREIRA, Teresa Isabel Matos — *Uma travessia da colonialidade. Intervisualidade da Pintura, Portugal e Angola*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. (Dissertação de Doutoramento).
- PEREIRA, Victor — “A economia do império e os planos de fomento”. JERÓNIMO, Miguel Bandeira (ed.). *O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX): Poderes, Saberes e Instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 251-286.
- PEREZ, Maria Felisa — *Adriano de Sousa Lopes, Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea: entre a continuidade e a mudança*. Lisboa: Universidade NOVA de Lisboa, 2012. (Dissertação de Mestrado).
- PINTO, Guilherme Abranches — “O meio humano da nossa África. A ‘Acção Médica’ presta homenagem aos médicos que trabalham no ultramar português”. Sep. *Revista Acção Médica*, 1 (1963), s/paginação.
- REIS, Fernando — “Uma casa que honra Portugal. Hospital do Ultramar está a ser ampliado”. *Permanência. Revista Mensal de Actualidades Ultramarinas*, 6 (1970), 23-24.

RIBEIRO, Isabel (coord.) — *África, Médicos e Memórias*. Lisboa: Sítio do Livro, 2017.

ROSMANINHO, Nuno — *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.

SANTOS, Mariana Pinto (ed.) — *José de Almada Negreiros, uma maneira de ser moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

SANTOS, Miguel Dias — *Arlindo Vicente e o Estado Novo: história, cultura e política*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.

SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES (ed.) — *1.ª Exposição de Artes Plásticas do Grupo de Artistas Portugueses*. Lisboa: Sociedade Nacional de Belas Artes, 1945.

TOSTÕES, Ana (ed.) — *Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique*. Lisboa: FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013.

TRANCOSO, Paulo (coord.) — *O Cartaz de Cinema em Portugal. Uma exposição, uma viagem*, 2018. Disponível em: http://www.academiadecinema.pt/wp-content/uploads/2018/04/LIVRO_CARTAZES-DO-CINEMA-PORTUGU%C3%8AS-web.pdf (2018.09.10).

VARANDA, Jorge — *"A bem da Nação". Medical Science in a Diamond Company in Twentieth-Century Colonial Angola*. Londres: University College of London, 2007. (Dissertação de Doutoramento).

VERHEIJ, Gerbert — Monumentos coloniais em tempos pós-coloniais. A estatutária de Lourenço Marques". TORRAS, Begoña Farré (coord.) — *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França*. 2.ª ed. Lisboa: APHA, 2014, pp. 36-45.

_____ — *"Monumentalidade e Espaço Público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940: Dois casos de estudo*. Lisboa: Universidade NOVA de Lisboa, 2011. (Dissertação de Mestrado).

VICENTE, Filipa Lowndes (ed.) — *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.